

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0808816-26.2022.8.10.0029
Sessão virtual iniciada em 18 de maio de 2023 e finalizada em 25 de maio de 2023. Apelante : Luiz Ribeiro de Sousa Advogados : Kecy Nattan Viana Barbosa (OAB/MA nº 14.277) e Antônio Salomão Carvalho Matos (OAB/MA nº 8.807) Apelado : Ministério Público do Estado do Maranhão Promotor de Justiça : Gustavo de Oliveira Bueno Origem : 2ª Vara da comarca de Coroatá, MA Incidência Penal : art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006 e art. 12, caput, da Lei nº 10.826/2003 Relator : Desembargador Vicente de Castro Revisor : Desembargador Francisco Ronaldo Maciel Oliveira Órgão Julgador : 2ª Câmara Criminal APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. PLEITO DESCLASSIFICATÓRIO RELATIVO À NARCOTRAFICÂNCIA. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. USO COMPARTILHADO DE DROGA. NÃO CONFIRMADO. IMPROCEDENTE. DOSIMETRIA. MINORANTE DO TRÁFICO PRIVILEGIADO. REQUISITO NÃO PREENCHIDO. DESCABIDA. PENA DE MULTA. REDUÇÃO. HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. NÃO PROSPERA. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO. PRESSUPOSTO NÃO ATENDIDO. INAPLICÁVEIS. REGIME PRISIONAL. ALTERAÇÃO. INVIÁVEL. RECURSO DESPROVIDO. I. Diante da natureza múltipla do crime de tráfico, sua configuração se dá com a prática de qualquer dos verbos constantes no art. 33 da Lei Antidrogas, não se exigindo a efetiva comercialização, bastando a simples conduta de guardar, fornecer, substância entorpecente, caracterizando, pois, o aludido delito. II. Os depoimentos prestados por policiais são dotados de fé pública, inerente à função que exercem, de tal sorte que podem, validamente, fundamentar decreto condenatório, mormente quando submetidos ao crivo do contraditório e da ampla defesa, e desde que em consonância com as demais provas dos autos. III. Improcede o pleito recursal de desclassificação do delito tipificado no art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006, para a conduta prevista no seu parágrafo terceiro, quando comprovado que o entorpecente apreendido não se destinava ao consumo compartilhado, mas à traficância. IV. Nos termos do § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343/2006, os condenados pelo crime de tráfico de drogas terão a pena reduzida, de um sexto a dois terços, quando forem reconhecidamente primários, possuírem bons antecedentes e não se dedicarem a atividades criminosas ou integrarem organizações criminosas. V. Restando o acusado condenado, também, pelo crime previsto no art. 12, caput, da Lei nº 10.826/2003, torna-se inaplicável a causa redutora da lei antidrogas, já que a jurisprudência do STJ tem entendido pelo "afastamento do tráfico privilegiado, na hipótese em que o comércio espúrio é cometido em contexto em que há apreensão de arma de fogo". (AgRg no HC nº 734.897/MG, Rel. Min. Jesuíno Rissato (Desembargador Convocado do TJDF), Quinta Turma, julgado em 14/6/2022, DJe de 20/6/2022). VI. Tendo a pena pecuniária, aplicada aos delitos, seguido o sistema trifásico previsto no art. 68 do CP, com valor do dia-multa, inclusive, estabelecido no mínimo legal, é de rigor a sua manutenção. VII. Descabe a substituição da sanção corporal por restritivas de direitos, bem como a fixação do regime prisional aberto, quando mantida a condenação do tráfico em pena superior a 4 (quatro) anos (art. 33, § 2º, b, e 44, I, do CP). VIII. Apelação desprovida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos de Apelação Criminal na Ação Penal nº 0808816-26.2022.8.10.0029, "unanimemente e contra o parecer da douta Procuradoria Geral de Justiça, a Segunda Câmara Criminal negou provimento ao recurso interposto, nos termos do voto do Desembargador Relator". Votaram os Senhores Desembargadores Vicente de Paula Gomes de Castro (Relator), Francisco Ronaldo Maciel Oliveira e José Luiz Oliveira de Almeida. Funcionou pela Procuradoria Geral de Justiça a Dra. Regina Lúcia

de Almeida Rocha. São Luís, Maranhão. Desembargador Vicente de Castro
Relator (ApCrim 0808816-26.2022.8.10.0029, Rel. Desembargador (a) VICENTE
DE PAULA GOMES DE CASTRO, 2ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 08/06/2023)